

**ACTES DEL X CONGRÉS INTERNACIONAL  
DE L'ASSOCIACIÓ HISPÀNICA  
DE LITERATURA MEDIEVAL**

**Edició a cura de  
Rafael Alemany,  
Josep Lluís Martos  
i Josep Miquel Manzanaro**

**Volum II**

**INSTITUT INTERUNIVERSITARI DE FILOLOGIA VALENCIANA  
«SYMPOSIA PHILOLOGICA», 11**

**Alacant, 2005**

Asociació Hispànica de Literatura Medieval. Congr s (10 . 2003. Alacant)  
 Actes del X Congr s Internacional de l'Associació Hisp nica de Literatura Medieval /  
 edició a cura de Rafael Alemany, Josep Lluís Martos i Josep Miquel Manzanaro. -  
 Alacant : Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana, 2005. - 3 v. (1636 pp.) ;  
 23,5 x 17 cm. - (Symposia philologica ; 10, 11 i 12)  
 Ponències en català, castell  i gallec  
 ISBN: 84-608-0302-3 (84-608-0303-1, V. I; 84-608-0304-X, V. II; 84-608-0305-8, V. III)  
 1. Literatura medieval - Hist ria i crítica - Congresos. 2. Literatura espanyola - Anterior  
 a 1500 - Historia y crítica - Congresos. I. Alemany, Rafael. II. Martos, Josep Lluís.  
 III. Manzanaro, Josep Miquel. IV. Título. V. Serie.  
 821.134.2.09"09/14"(063)

Director de la col·lecció: Josep Martines

  Els autors

  D'aquesta edició: Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana

Primera edició: maig de 2005

Portada: Llorenç Piz 

Il·lustració de la coberta: Taulell amb escena de torneig (1340-1360),  
 Museu Municipal de l'Almod , X tiva  
 Imprimeix: T BULA Diseño y Artes Gráficas

ISBN (Volum II): 84-608-0304-X

ISBN (Obra Completa): 84-608-0302-3

Dipòsit legal: A-519-2005

La publicació d'aquestes *Actes del X Congr s Internacional de l'Associació Hisp nica de Literatura Medieval* ha comptat amb el finançament de l'Acció Especial BFF2002-11132-E del Ministerio de Ciencia y Tecnología.

Cap part d'aquesta publicació no pot ser reprodu ida, emmagatzemada o transmesa de cap manera ni per cap mitjà, ja siga electrònic, químic, mecànic, òptic, de gravació o de fotocòpia, sense el perm s previ de l'editor.

## A MÁSCARA RETÓRICA DO HISTORIADOR

Já se investigou e escreveu bastante acerca da intervenção, mais ou menos efectiva, de Afonso X na redacção das obras elaboradas no seu *scriptorium*. Além das observações quase coevas, como é o caso de um conhecido excerto de D. Juan Manuel,<sup>1</sup> diversos foram os estudos que, mais recentemente, se debruçaram sobre este assunto. Estes trabalhos procuraram, nomeadamente, identificar passagens que testemunhassem uma intervenção concreta; descortinar qual o relacionamento que o rei Sábio terá mantido com os colaboradores, mais e menos anónimos, que integravam o seu *scriptorium* e/ou delimitar o conceito afonsino de autor.<sup>2</sup> Na sequência destas investigações, aceita-se, de forma genérica, que se terá verificado uma maior intervenção, por parte de Afonso X, no campo da poesia lírica e mariana, bem como nas obras legislativas e historiográficas e uma menor intervenção nas restantes obras, de carácter eminentemente científico e onde são mencionados os nomes de colaboradores específicos.<sup>3</sup>

1. «E esto por muchas razones: lo vno, por el muy grant entendimiento que Dios le dio; lo al, por el grant talante que auie de fazer nobles cosas e aprouechosas; lo al, que auia en su corte muchos maestros de las ciencias e de los saberes a los quales el fazia mucho bien, e por leuar adelante el saber e por noblescer sus regnos. Ca fallamos que en todas las ciencias fizo muchos libros e todos mui buenos. E lo al, por que auia muy grant espacio para estudiar en las materias de que queria conponer algunos libros. Ca morava en algunos logares vn anno e dos e mas, e avn, segunt dizen los que viuiian a la su merced, que fablauan con el los que querian e quando el queria, e ansi auia espacio de estudiar en lo quel queria fazer para si mismo, e avn para veer e esterminar las cosas de los saberes quel mandaua ordenar a los maestros e a los sabios que traya para esto en su corte» (*Cr. Abr.*: 575-576). Sobre este texto ver Catalán 1992: 197-229 ou Alvar 1996, que analisa precisamente a citação transcrita.

2. Podemos aqui salientar diversos estudos, tais como: Solalinde 1915; Rico 1972; Montoya Martínez 1979; Catalán 1992: 45-60 e Montoya & Domínguez, coords., 1999; e aqui, em particular, Montoya Martínez 1999: IX-XII, Fernández-Ordóñez 1999: 105-126, Montoya Martínez 1999: 271-290 e Scarborough 1999: 331-337.

3. Sobre este assunto, ver Cano Aguilar (1989-1990) que salienta a presença de louvores ao rei sempre que se trata de uma obra encomendada por Afonso X, em contraste com o que sucede nos Prólogos das obras onde o soberano assume o «Nos» autoral. Por seu turno, Martín (1993-1994: 84) distingue claramente entre «autorité de commande («mandar»)» e «autorité de réalisation («fazer») et ses modalités spécifiques: «traduzir», etc.)», sendo esta distinção menos nítida nas obras historiográficas

No entanto, mesmo no caso das obras onde o rei terá tido uma intervenção mais actuante, verifica-se uma certa distância, patente, nomeadamente, num trecho, já bastante conhecido e analisado onde o soberano se assume como autor e identifica «autor» com «ideólogo», ou seja, aquele que concebe a coerência lógica e narrativa da obra, em oposição ao seu executante físico:

el rei faze un libro, non por quel el escriua con sus manos, mas por que compone las razones del, e las emienda, et yegua, e endereça, e muestra la manera de como se deuen fazer, e desi escriue las qui el manda, pero dezimos por esta razon que el rey faze el libro. Otrossi quando dezimos: el rey faze un palacio o alguna obra, non es dicho por quello el fiziesse com sus manos, mas por quel mando fazer e dio las cosas que fueron mester pora ello; e qui esto cumple aquel a nombre que faze la obra, e nos assi ueo que usamos delo dezir.

(GE: I, 477<sup>b</sup>)

Este excerto remete para a questão, amplamente debatida, da divisão medieval entre as dimensões física e intelectual da escrita.<sup>4</sup> Porém, no caso do *scriptorium* afonsino (cuja actividade já não era dominada pela cópia exclusiva e obediente da Palavra de Deus que caracterizava os espaços monásticos onde a escrita era encarada como uma actividade quase sagrada),<sup>5</sup> é difícil considerar esta problemática em termos muito rígidos. Com efeito, aqui, estamos perante um espaço laico, com intelectuais de origens e credos diversos, funcionários que trabalhavam nos projectos

---

uma vez que é o rei quem assume o discurso nos Prólogos, colaborando ainda no trabalho dos executantes. Ao analisar o papel da autoridade do rei nas obras jurídicas, Georges Martin (1993-1994: 86-87) propõe a cisão da «autoridade de execução» em «autoridade de concepção» (atribuída ao rei) e «autoridade de execução» (trabalho de anónimos). Fernández-Ordóñez (1999: 105-110) defende a existência de dois tipos de obras (escritas a mando do rei ou onde o rei intervém como autor), caracterizando-se estas últimas, não só pela afirmação do «Nos» majestático e aural, mas também pela sua inconclusão, em permanente revisão e evolução, o que tem sido entendido como um reflexo do desejo de aperfeiçoamento sem limite que terá caracterizado Afonso X. É ainda de salientar o facto de, actualmente, a crítica aceitar que mesmo as obras aparentemente mais pessoais deste soberano não se encontram completamente isentas de outras intervenções.

4. Referimo-nos concretamente à oposição que distingue o Autor como ideólogo, criador da obra arquetípica e ideal, do escriba como mero redactor que dá uma forma concreta à «Ideia» inicial. Para uma visão global e multifacetada deste assunto e das suas diversas sobrevalorizações e desvalorizações ver Stiennon 1995 ou Kelly 1991: 92 e ss. Também de salientar é a recolha de artigos dirigida por Zimmermann (2001) onde são equacionados, problematizados e discutidos, sob diversos pontos de vista, múltiplos aspectos de questões relacionadas com as noções de «autor» e de «autoridade» no período medieval, em distintas áreas. Ver ainda Georges Martin que constata como o rei Sábio procura, em algumas obras (mormente nas historiográficas e jurídicas), chamar a si a Autoridade da escrita anulando a figura dos seus intelectuais que se diluem na multiplicidade das equipas que trabalham para o soberano, o que contrasta com a autoridade de que o historiador dava provas ainda durante o reinado do seu pai, Fernando III (caso de Lucas de Tui e de Rodrigo de Toledo). Esta questão é discutida por Martin, tanto em 1993-1994 como em 1997 e por Fernández-Ordóñez 1999, particularmente pp. 105-108.

5. Por analogia com o livro da Humanidade, escrito pelo Criador. Ainda sobre a dimensão sagrada da escrita na sua função básica de fixação do Verbo divino pelo monge/escriba que copia os livros sagrados, e que se reflecte, concretamente, na consideração pelo poder esotérico atribuível ao alfabeto, no respeito pelos materiais da escrita ou ainda no cerimonial que pode rodear o acto da escrita, ver Stiennon 1995.



idealizados e patrocinados por um rei que, não só se assume como autor,<sup>6</sup> como se procura inscrever na linha dos soberanos que cultivaram e difundiram Sabedoria.<sup>7</sup> Com efeito, diversos são os trechos que dão conta da atenção prestada pelo rei Sábio às obras em curso no seu *scriptorium*, bem como os testemunhos iconográficos dessa actividade.<sup>8</sup> No entanto, apesar do rei participar directamente nos projectos que dirigia e de que se considerava «autor»/«ideólogo», também é fundamental salientar o carácter colectivo e a importância do papel de quem elaborava os diversos textos. Estes intelectuais não podem ser encarados como meros escribas, tanto quanto Afonso X não pode ser entendido como um simples e distante patrocinador, o que faz com que tenhamos de pensar em termos de compromisso entre estas duas instâncias.<sup>9</sup> Por um lado, não podemos negar a possibilidade de intervenção e, conseqüentemente, de invenção dos executantes, em articulação, por outro lado, com a importância directiva, compositora, correctora e, finalmente, aprovadora do soberano que, consoante os casos, se terá feito sentir em diferentes graus.

Esta pluralidade, bem como a decorrente dispersão, é uma questão que continua a colocar-se no âmbito da fortuna das diversas obras produzidas ou delineadas no *scriptorium* afonsino e que sobreviveram ao ocaso deste, bem como ao conseqüente destroçar dos seus membros, após a morte do rei Sábio. Com efeito, nomeadamente no que se refere aos textos historiográficos, sobretudo à *Estoria de Espanna*,<sup>10</sup> tiveram lugar múltiplas intervenções, remodelações e reelaborações posteriores causadas por diversos manuseamentos mais ou menos hábeis.

6. Situação que Montoya Martínez (1999: 279-280) designa como «autoría interpuesta» e que considera semelhante à autoria teológica da Escritura, distinguindo a autoria principal dos submissos autores secundários (executantes). Acresce ainda o facto de Montoya Martínez considerar que Afonso X, atribuindo-se a autoria ideológica e assumindo, depois das obras escritas, a sua correcção estilística e ajustamento ao plano traçado, se entendia, efectivamente, como o autor dessas obras (Montoya Martínez 1979).

7. Sobre esta questão ver Kennedy (2000) que, a partir da análise de prólogos, estuda a imagem do «Rei Sábio», um soberano que procura recuperar e transmitir o Saber, incentivar o Conhecimento e patrocinar a elaboração de determinadas obras, entre outras características. O estudo refere Afonso X e diversos outros seus familiares, caso do seu pai, Fernando III, do seu sogro, Jaime I de Aragão, do seu primo, o Imperador Frederico II e do filho ilegítimo deste último, Manfredo. Os *topoi* relacionados com a sabedoria e com a transmissão do conhecimento, etc., são também identificados por Cano Aguilar (1989-1990).

8. Referimo-nos às miniaturas dos códices régios que representam o rei junto dos seus colaboradores, o que, de acordo com Menéndez Pidal (1951: 373-375), tem um valor documental.

9. Sobre o funcionamento do *scriptorium* afonsino ver Menéndez Pidal 1951. Interessante é ainda o artigo de Chalon (1976) que refere autores e textos usados directa e indirectamente defendendo que as intervenções dos próprios compiladores são raras e breves, limitando-se geralmente a chamadas de atenção, precisões, explicações, referências à unanimidade ou divergência entre fontes, aplicação de fórmulas de transição, de introdução... o que, de facto, nos parece bastante fruste, sobretudo se tivermos em conta as alterações ideológicas de monta que, por vezes, pequenasmudanças acarretam e cuja aplicação prática (independentemente das ordens de um «ideólogo») terão cabido aos intelectuais responsáveis pela composição do texto.

10. Para esta obra foi aqui considerada, primeiramente, a versão editada por Ramón Menéndez Pidal como *Primera Crónica General de España* (1977, PCG). Saliente-se, no entanto, que esta edição se baseou em dois manuscritos compósitos onde intervieram diversas mãos em épocas distintas. No entanto, o seu trecho inicial (até ao cap. 616) consiste na «versão régia» afonsina, ou seja, o texto aprovado pelo soberano

É precisamente neste quadro mais alargado que nos parece ser possível e interessante colocar a questão da(s) imagem(ns) do(s) historiador(es), autor(es) de «livros de histórias», tal como ela nos é transmitida pelos próprios textos, ou seja, quando o autor também se torna, um pouco, personagem na medida em que procura incutir no seu público uma ideia de si próprio no âmbito do seu *métier*, o que se vai articular, como veremos, com questões relacionadas com o seu próprio estatuto.

No caso concreto da historiografia em análise, é importante destacar, por um lado, a figura que Afonso X assume enquanto autor, em particular na sua obra historiográfica, e, pelo outro lado, contrastar essa imagem com o que podemos encontrar tanto a jusante como a montante dessa obra.

Da leitura contrastada do Prólogo da *Estoria de Espanna* afonsina e do Prólogo da *Historia de Rebus Hispanie*, de Rodrigo Jiménez de Rada, fonte da primeira, sobressai, como traço fundamental, o alto estatuto que Afonso X se atribui enquanto Autor/Ideólogo/Impulsionador do texto historiográfico. Esta postura decorre, em grande parte, do facto de não se verificar qualquer distinção entre Afonso, o intelectual, autor de uma determinada obra, e Afonso X, o rei, com poder para, querendo, validar qualquer obra. O facto do estatuto social e político do soberano contagiar e, conseqüentemente, proteger e «autorizar» a sua obra intelectual assumida e aprovada contrasta fortemente com a modéstia expressa pelo arcebispo que recorre ao *topos* tradicional da humildade,<sup>11</sup> aludindo à sua pouca capacidade perante a dimensão da tarefa de contar a história de Espanha, solicitada por Fernando III.<sup>12</sup>

---

como «oficial» aquando da redacção da primeira versão da *Estoria de Espanna*. Cabe ainda referir que, actualmente, a crítica reconhece duas principais versões afonsinas da *Estoria de Espanna*, a «versão primitiva» (cerca de 1270) e a «versão crítica» (cerca 1282-84). Como representante da «versão crítica», usámos um texto da denominada *Crónica de Vinte Reis* (1991, *Cr20R*). Sobre as particularidades desta última relativamente à PCG, ver Babbitt 1936 e Fernández-Ordóñez 1993. Posteriormente, as versões da *Estoria de Espanna* foram combinadas das mais variadas formas, abreviadas, ampliadas, adaptadas, traduzidas e entrecruzadas com novas fontes ou com trechos de fontes já usadas mas anteriormente desprezados, dando origem a uma família textual enorme e extremamente complexa. Sobre estas questões ver Catalán 1962 e, mais recentemente, Catalán 1997 e 1992. Ver ainda a útil síntese de Fernández-Ordóñez 2000. No que respeita a textos posteriores, derivados dos primeiros, foram aqui considerados, em particular, a *Crónica Abreviada* de D. Juan Manuel (1983, *Cr.Abr.*) e a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, sobretudo na sua segunda redacção (1951-1990, *1344b*). A primeira versão desta crónica, redigida em 1344, em português, perdeu-se. Só resta uma tradução em castelhano da qual o melhor exemplar é o ms. 2656 da Biblioteca Universitaria de Salamanca.

11. Segundo Cano Aguilar (1989-1990: 81), a ausência de *captatio benevolentiae* é uma das características dos prólogos afonsinos.

12. «Quia igitur placuit uestre excellencie maiestatis mee requirere ignoranciam paruitatis ut si, qua de antiquitatibus Hispanie et de hiis etiam que ab antiquis uel modernis temporibus acciderunt mee memorie occurrissent, peticioni uestre describere laborarem, et ut a quibus gentibus calamitates Hispania sit perpressa, et Hispanorum regum originem et eorum magnalia qui patrum glorias immitatione secuti sunt gloriosa, per scripture mee indaginem ad diligencie uestre noticiam peruenirent, ego uero tanti domini, tam excelsi, non possum precibus contraire et uix possibile cogor ob reuerenciam atemptare. [enumerar fontes] et aliis scripturis, quas de membranis et pictaciis laboriose inuestigatas laboriosius compilauí, a tempore Iaphet Noe filii usque ad tempus uestrum, gloriosissime rex Fernande, ad historiam Hispanie contexam, quam sollicite postulastis, prout potui fideliter laboraui. [elogio aos reis godos,



É certo que a «humildade retórica» constitui um *topos*, de acordo com o qual se transmite uma imagem caracterizada pela submissão e inferioridade, o que, na realidade, não passa de uma figura fictícia, meramente retórica, como será o caso vertente uma vez que o arcebispo de Toledo não terá hesitado em veicular as suas propostas e opções na historiografia que elaborou, conforme tem sido sublinhado pela crítica.<sup>13</sup> No entanto, perante este formato, é de salientar não só o seu abandono completo no Prólogo afonsino, como, sobretudo, a sua substituição por trechos onde a figura do «soberano autor» se assume e afirma sem rodeios:

E por end Nos don Alfonso, por la gracia de Dios rey de Castiella, de Tolledo, de Leon, de Gallizia, de Seuilla, de Cordoua, de Murcia, de Jaen et dell Algarue, ffijo del muy noble rey don Ffernando et de la reyna donna Beatriz, mandamos ayuntaar quantos libros pudimos auer de istorias en que alguna cosa contassen de los fechos dEspaña, [enumeração de fontes] et compusiemos este libro de todos los fechos que fallar se pudieron della, desdel tiempo de Noe fasta este nuestro. (PCG: I, 4<sup>a</sup>)

De notar, igualmente, o sublinhar do sentimento devido àqueles que veicularam o Saber, deixando-o por escrito: «et por ende somos nos adebdados de amar aquellos que lo fizieron por que sopiessemos por ellos lo que no sopieramos dotra manera» (PCG: I, 4<sup>a</sup>).

---

cujas histórias serão contadas]. Vobis itaque Castelle et Toleti, Legionis et Gallecie, Cordube et [Lusitanie] Murcie, inclite domine rex Fernande, ortum eorum qui primo in Hispaniis habitauerunt, [resumo da matéria historiada] prout ex antiquis libris et relatione fideli recolligere potui, ego Rodericus indignus cathedre Toletane sacerdos stilo rudi et sapiencia tenui ad preconium nostre gentis et uestre gloriam maiestatis sollicitus compilauí, pro uenia supplicans eo quod munus tam exiguum ausus fui lectorum diligencie exhibere et conspectui tanti principis presentare» (*DeRH*, 6-7), cuja tradução apresentamos de seguida: «Por tanto, ya que la excelencia de vuestra majestad tuvo a bien recurrir a la ignorancia de mi pobre persona para que me afanara en relatar, a petición vuestra, lo que viniese a mi memoria de las antigüedades de España y también de lo que acaeció en los tiempos antiguos y modernos, y para que a través de la investigación de mis escritos hiciera llegar a conocimiento de vuestra curiosidad los pueblos de los que España sufrió calamidades y el origen de los reyes hispanos y las hazañas de los que persiguieron las glorias de sus antepasados con gloriosa imitación, yo, ciertamente, me siento incapaz de negarme a los ruegos de tal y tan magnífico señor y, por respeto, me veo obligado a intentar lo que a duras penas me es posible. [enumera fontes] y de otros escritos que, leídos con trabajo en pergaminos y pieles, con más trabajo recopilé, me he esforzado con honestidad, en la medida de mis posibilidades, para poner en pie la estoria de España que con tanto interés me pedisteis, desde los tiempos de Jafet, hijo de Noé, hasta el vuestro, gloriosísimo rey Fernando. [elogio aos reis godos, cujas histórias serão contadas]. Así, pues, para vos, inclito don Fernando, rey de Castilla y Toledo, León y Galicia y [Lusitania] Murcia, descendiente de los primeros habitantes de las Españas, yo, Rodrigo, indigno sacerdote de la silla de Toledo, con torpe pluma y escasa sabiduría he recopilado para pregón de nuestro pueblo y gloria de vuestra majestad no sólo [resumo da matéria historiada] según he podido recoger de los escritos antiguos y de la fiel narración, pidiendo perdón por haberme atrevido a entregar a la curiosidad de los lectores y a poner al alcance de tan gran rey un presente tan pequeño» (*DeRH*-trad, 56-57).

13. Em particular pelos estudos de Peter Linehan e de Georges Martin. Como exemplo, remetemos para Martin 1989-1990 e para Linehan 2000, dois artigos onde são exemplificadas e resumidas as conclusões a que ambos chegaram.

A estas afirmações acresce também a definição de autoria, anteriormente citada. Saliente-se ainda que, mais do que o assumir de um «eu-ideólogo», se tivermos em conta o contexto em que o excerto da *General Estoria* sobre a noção de Autor se integra, verificamos que se encontra subjacente um paralelo entre este «eu» (autor/ideólogo) e a própria Divindade:<sup>14</sup>

Dell escriuir destas palabras auedes oydo enel començamiento deste capitulo, como dixo nuestro Sennor que El las escriuirie, e aqui dize, en el xxxiiij<sup>o</sup> capitulo dell Exodo, que las mando escriuir a Moysen, e aures otrossi enel libro que a nombre Deuteronomio, que es el postrimero destes .v. libros de Moysen, o se cuentan de cabo todas estas leyes, que diz que nuestro Sennor que El mismo las escriuio; e semeia que son contrallas estas razones. E sobresta contralla fabla maestre Pedro e departe la desta guisa: diz que todo es bien dicho, et que podemos entender e dezir que compuso nuestro Sennor las razones delos mandados, e que ouo ell auctoridad e el nombre dend, por que las mando escriuir, mas que las escriuio Moysen, assi como dixiemos nos muchas uezes: el rey faze un libro, non por quel el escriua con sus manos, mas por que compone las razones del, e las emienda, et yegua, e enderesça, e muestra la manera de como se deuen fazer, e desi escriue las qui el manda, pero dezimos por esta razon que el rey faze el libro. (GE: I, 477<sup>a-b</sup>)

De acordo com esta postura, sobressai, também, a alusão pouco modesta que é possível encontrar, no *Setenário*, na sequência de um conjunto de reflexões acerca dos nomes de Deus:<sup>15</sup>

Onde la A con rrazón demuestra, ssegunt de ssuso dixiemos, que Dios es comienço, et la O ffin; non porque Dios ouo comienço en ssí nin puede sser acabado, mas porque él da comienço e acabamiento a todas las cosas que él ffizo. [...]

Et por ende nos don Alffonso, fijo del muy noble e bienauenturado rrey don Ffernando e de la muy noble rreyna donna Beatris; e sennor heredero, primeramente por la merçet de Dios, e después por derecho linaie, de que heredamos los rregnos de Castiella, de Toledo, de León, de Gallizia, de Seuilla, de Córdoua, de Murçia, de Jahén, e de Badaioz, e del Algarbe; cuyo nonbre quiso Dios por la ssu merçet quiso que sse començasse en A e sse ffeneçiesse en O, en que ouyesse ssiete letras, ssegunt el lenguaie de Espanna, a ssemeiança del ssu nonbre.<sup>16</sup>

14. Rico (1972: 97 e 114-120) já chama a atenção, entre outras questões, para este paralelo com Moisés.

15. Georges Martin interpreta este trecho da seguinte forma: «Et c'est désormais un auteur royal tourné, comme Salomon, vers l'Esprit saint, recevant, semblablement à Jésus, ses sept dons, qui se met à l'oeuvre» (1993-1994: 95). Salienta ainda, além da correspondência entre o nome do rei e o modelo divino, a ideia de completude fornecida pela alusão a alfa e omega. A utilização e o desenvolvimento de paralelos com Deus são ainda abordados em Martin 1995.

16. Set: 7. Já mais comedida será a aproximação que Afonso X estabelece entre a sua relação com seu pai Fernando III (pretenso co-autor do *Setenário*, no que poderá ser uma ficção de origens, semelhante às apontadas por Dragonetti 1987) e o par bíblico formado pelo rei David e Salomão, sendo este último tido como o protótipo da sabedoria. Esta questão é apontada por Martin 1993-1994: 96-100.



Tal paralelo é ainda ecoado na benção dupla com que se conclui a 1ª parte da *General Estoria*:

En este lugar acabamos el Penthateuco e nos desembargamos de todas las razones delos cinco libros de Moysen. E sea bendicto e ensalçado por ende el nombre de nuestro sennor Dios, que biue e regna por siempre jamas. Amen.

E biua e regne por muchos annos e buenos, e venza siempre atodos sus enemigos el dezeno don Alfonso, por la gracia de Dios rey de Castilla, de Toledo, de Leon, de Galizia, de Seuilla, de Cordoua, de Murcia, de Jahen e del Algarue, que lo fizo fazer.

(GE: I, 768<sup>b</sup>)

Há que considerar a presença de uma indiscutível base tópica subjacente, nomeadamente, a esta última formulação. No entanto, também se torna difícil negar a pouca modéstia que caracteriza os trechos onde Afonso X assume o seu «Nos», Soberano, Autor, Autoridade, *causa efficiens*,<sup>17</sup> quase divino, ao que não serão estranhos os trechos onde se apresentam linhagens que remontam seja a Júpiter (GE, I: 200<sup>b</sup>-201<sup>a</sup>), seja, num trecho menos conhecido, a Nemrod, o primeiro rei, para terminarem apontando para a sua pessoa:

& del linnage deste Rey Nemproth uinieron los Reys de ffrancia. & los emperadores de Roma. & de los emperadores de Roma & dessos Reys de ffrancia por linna. uino la muy noble sennora Reyna donna beatriz mugier que fue del muy noble & muy alto sennor & sancto don fferna[n]do Rey de castiella. & de Leon padre & madre q<ue> fueron del muy noble & muy alto Rey donAlfonso q<ue> fizo fazer estas estorias & muchas otras.

(GE: IV, f. 252r)

A grandiosidade desta imagem «autoral», será, por seu turno, mitigada por alguma historiografia posterior, nomeadamente pelo ramo português, conhecido como *Crónica de 1344*. Indo beber a fontes afonsinas, este texto não tem qualquer interesse em escamotear a Autoridade em que se apoia, no entanto, a segunda redacção desta crónica, ao copiar o prólogo da *Estoria de Espanna* substitui o «Nos» majestático pela terceira pessoa, colocando-o, assim, a uma certa distância. Concomitantemente, é omitida a referência à extensão ibérica do reino de Afonso X: «Porende el rey dom Affonso de Castella, que foy filho del rey dō Fernãdo e da raynha dona Beatriz, [omissão] mandou juntar quãtos livros pode haver» (1344<sup>b</sup>: II,

17. De acordo com o sistema interpretativo aristotélico (usado, sobretudo, no séc. XIII), os comentários a autores sagrados e profanos baseavam-se em quatro causas principais: *causa efficiens* («causa eficiente», o autor ou agente motivador do texto), *causa materialis* («causa material», os seus materiais, nomeadamente, as fontes), *causa formalis* («causa formal», que se subdividia em *forma tractandie*, a forma de tratamento ou procedimento, ou seja, o estilo literário aplicado, e *forma tractatus*, o arranjo ou organização da obra, ou seja, a sua estrutura) e *causa finalis* («causa final», o seu fim ou objectivo último). Sobre estas questões, ver Minnis *et alii* 1988: 3 e 198.

6). O procedimento retórico oposto também se encontra presente com a integração da referência aos feitos dos Portugueses na Reconquista pois onde no Prólogo afonsino se diz «et quales reyes ganaron la tierra fasta en el mar Meditarreneo; et que obras fizo cada uno,» (PCG: I, 4<sup>b</sup>),<sup>18</sup> a *Crónica de 1344* acrescenta: «e quantos e quaaes reys guaanharõ a terra da parte do mar Mediterraneo e quaaes da parte do mar Ouciano e que obras fezeron cada ùus ã seus tempos» (1344b: II, 7).

Trata-se de alterações mínimas mas com um alcance ideológico e político inversamente proporcional uma vez que se altera subtilmente o «Modelo» mas de forma a escamotear a anterior exibição do «Nos» afonsino e a desviar a atenção do leitor também para os feitos e conquistas ocorridos no ocidente peninsular. Em concomitância, omite-se o nome ou qualquer outra referência mais concreta que identifique peremptoriamente o responsável por esta reelaboração. Com efeito, a identificação de Pedro Afonso, conde de Barcelos como responsável pela primeira redacção da *Crónica de 1344* foi feita com base no cruzamento de factos históricos com alguns (poucos) elementos isolados pela crítica textual,<sup>19</sup> desconhecendo-se quem terá levado a cabo as alterações patentes na segunda redacção desta obra. A omissão de um nome complementar ao de Afonso X ou de quaisquer outras indicações suplementares tem como consequência a manutenção isolada da referência à Autoridade inicial mas que agora, paradoxalmente, encabeça um texto manipulado que desvia (e desafia) alguns dos vectores ideológicos anteriores a favor dos interesses lusitanos.

Menos subtil mas igualmente importante na medida em que desfere um ataque directo à imagem do rei Afonso X será a integração da tradição da blasfémia, profetizada por uma grega à mãe do futuro soberano e que, estando obviamente ausente dos textos mais antigos, irrompe, nomeadamente, na segunda redacção da *Crónica de 1344*, o que se torna irónico, tratando-se de um texto tributário, na sua grande maioria, da obra afonsina.

A tradição é reportada com laivos de romance cortês, aos quais se agregam alguns traços de *exemplum*. A narrativa inicia-se com o esclarecimento que Fernando III, pai de Afonso X pede à sua esposa (Beatriz da Suábia) por causa de um suspiro que lhe ouvira. Perante a insistência, a rainha resume as profecias que, no passado, lhe tinham revelado o seu percurso de vida e onde se destacava uma sombra que consistia no facto do seu filho primogénito vir a ser deserdado por causa do seu orgulho:<sup>20</sup>

E, por que saibades quaaes foram aquellas pallavras que el rey dom Afonso disse, por que encorreo en sanha de Deus, quemovollo

18. O que não surge no Toledano, mas que é do interesse de Afonso X uma vez que os avanços cristãos iam naquela direcção (cf. concretamente as expedições lideradas pelo próprio Afonso, inclusivamente, enquanto príncipe).

19. Sobre este assunto ver a «Introdução» à edição da *Crónica de 1344* por Cintra (I vol. 1951: cap. IV).

20. «E o iffante dom Afonso tomou a copa e servyo a seu padre e a sua madre, dandolhes o vinho muy apostamente. E a raynha pos os olhos en el, esguardandoo con grande femença, e deu hũu grande sospiro e começou de chorar. E el rey, quando tal sospiro vyo, nõ o teve en pouco. E, depois que o iffante



aquy dizer por que convẽ en este lugar. Onde devees de saber que, depois que este iffante dom Afonso foy rey, dizia muytas vezes palavras de grande soberva, antre as quaaes disse que, se elle con Deus estivera ou fora seu conselheiro quando elle criara o mundo, que algũas cousas, se o Deus creera, foron melhor feitas que como elle fezera.

(1344b: iv, 382)

De acordo com o texto, as palavras de soberba são, efectivamente, ditas e, a partir daí tem início um processo de avisos e de sinais através dos quais Deus demonstra o seu desagrado e que o rei ignora, obstinadamente, antes de ter que se render às evidências.<sup>21</sup>

e todollos outros foron fora da camara, preguntou el rey aa rainha por que dera aquelle suspiro quando vira seu filho o iffante servir de copa. E a rainha disse que o non fezera por outra nenhũa cosa se nõ por que lhe veera assi aa vontade. E el rey disse que aquello non podia seer, mas que a rogava que en toda guisa lho dissesse, se non que tomarya della tal sospeita que non seria sua prol. E a raynha, quando vyo que a el rey assi afficava, disse que lho dirya, pois sua vontade era de o saber. Entom começou sua razon en esta guisa:

—Senhor, eu seendo moça en casa de meu padre e outra minha yrmãa que avya menos hũu ãno que eu e avya nome dona Margarida, chegou hy hũa molher natural de Grecia donde era mynha madre que foy filha de Costantino, emperador de Grecia. E era molher muy sabedor e preguntavaa minha madre muyto amehude por cousas de sua fazenda e de meu padre. E ela lhe dizia cousas muy certas. E eu e minha yrmãa, quando esto ouvymos, apartamolla e rogamoslhe que nos dissesse algũa cousa de nossa fazenda e que esto nõ soubesse nossa madre. E ella nos disse que se temya de a descobrirmos por que eramos muy moças. E nos lhe prometemos de a non descobrir. E ella dissenos que non sofressemos ataa hũu dya certo a que viinrya a nos. E quãdo veo aquel dya, chegou ella a nos a hũa camara e dissenos primeiramẽte que nosso padre avya de morrer ante que nenhũa de nos ouvesse casamẽto. E depois per tempo prelados honrrados do occidente viiriam a me demandar pera casamento per hũu rey desta terra que seria o mais honrrado e poderoso que nunca fora en Espanha, depois que a os Godos perderõ. E disseme que avya d'aver delle seis filhos barõoes e duas filhas. E disse que o primeiro filho que avyamos d'aver que avya de seer das fremosas criaturas do mundo. E disse mais que aquel rey con que eu avya de casar avia de viver longa vida e morrer morte honrrada e que, depois da sua morte, aquel primeiro filho avya de seer rey e que seria ainda mais poderoso e honrrado que seu padre; e assi durarya gram tempo; e que, por hũa palavra de soberva que diria contra Deus, averya de seer deserdado de toda sua terra, salvo de hũa cidade en que avya de morrer. E todallas cousas, senhor, per que eu ataa hora passey daquello que me ella disse, todo foy verdade, ca foron por myn vossos messegeiros e trouverõme pera vos que sooes rey no poente e ouve de vos os filhos que ella disse. E agora, senhor, vejo que soon prenhe e cuydo que hey de morrer como me ella disse. E, quando hora vy dom Afonso, nõosso filho, servir ãte nos tam apostamẽte e assi fremoso como he, nembroume como avya de seer deserdado por hũa palavra. E por esto foi dado aquel suspiro que ouvistes» (1344b: iv, 379-81).

21. «E depois a grande tempo que el rey dom Afonso reynava, aconteceo que hũu cavaleiro de Panpigra, que avya nome Pero Marfiiz e criara o iffante dô Manuel, vyo en vison hũu homẽ muy fremoso en vestiduras brancas e disselhe como no ceo era dada sentença per que morresse el rey dom Afonso deserdado e ouvesse maao acabamento. E o cavaleiro lhe preguntou por que era esto que Deus delle tal sanha avya. E aquelle homẽ que lhe apareceo lhe disse: dom Afonso, estando em Sevilha, disse em praça que, se elle fora com Deus quando fazia o mundo, que muitas cousas emendara em que se fezera melhor que o que se fez e que por esto era Deus yrado contra elle. E o cavaleyro lhe preguntou se avya hy maneira algũa per que Deus perdoasse este pecado. E o homẽ lhe disse que, se se arrependesse do que dissera, que logo a sentença seria revogada e que lhe farya Deus mercee.

E o cavaleiro, depois que foy manhãa, partiosse de Pampigra e foisse a Pena Fiel onde o iffante dom Manuel estava, e contoulhe todo o que vyra e ouvrya. E o iffante mandoulhe que o fosse dizer a el rey que era en Burgos. E o cavaleiro foy alla e, depois que contou a el rey todo o que lhe acontecera, disse el rey que assy era verdade que o dissera e o dizia ainda que, se elle fora con Deus na criaçom do mundo, que muytas cousa emendara e corregera, que se fezerã muy melhor que o que estavã.

Independente do facto de na base da criação e do desenvolvimento desta tradição terem estado algumas finalidades ideológicas e políticas com vista à defesa e legitimação de direitos linhagísticos e sucessórios de famílias e de soberanos,<sup>22</sup> é também evidente a forma como ela se articula com características que parecem ter marcado a figura do rei Sábio. De orgulhoso e racionalista a blasfemo, com efeito, a distância nem sempre era enorme.<sup>23</sup> O desejo de saber, sendo um traço que caracterizou este soberano, tem igualmente sido, desde os relatos bíblicos mais remotos, entendido como uma forma de soberba, um modo de exceder o lugar e os limites impostos por Deus aos Homens e, por conseguinte, uma atitude passível de desencadear um castigo divino. Acrescerá ainda a evidência dos textos onde o soberano afirma a sua «Autoridade» sem qualquer pejo, chegando mesmo a estabelecer analogias com a Divindade, como vimos.

Deste modo, não nos pode espantar a formação e divulgação de ficções equívocas e ambivalentes sobre Afonso X, não só enquanto historiador, mas sobretudo como

---

E logo a poucos dias depois desto, andando el rey dom Afonso pella terra, chegou a Segoyva e avya hy hũu frade meor, homen de santa vida, ao qual Deus revelara aquella meesma vison que fora mostrada ao cavaleiro. E veo a el rey e disselhe que fizesse peendencia dos pecados que avya feytos e farya sua prol e estremadamẽte daquellas malditas e escomũgadas palavras, compridas de muyta soberva, e ditas com grande presunçom e vaidade, as quaaes dissera muitas vezes en praça, dizendo que, se fora conselheiro de Deus quando fezera o mundo e o quisera creer, que o fezera melhor que o fez se nõ que non duvidasse que Deus sobr'elle nom mostrasse o seu poder. E el rey respondeulhe con vultu yrado e palavra de sanha e disse:

—Eu digo verdade no que digo e, por o que me vos dizees, tenhovos por neição e sen saber.

E o frade partiosse d'ant'ele e foisse. E, logo essa noite seguinte, envyoy Deus tam gram tempestade de torvõoes e lampados que foy gram maravilha. E, enna camara onde el rey jazia con a raynha cayu hũu corisco que queymou as toucas aa raynha e gram parte das outras cousas que estavam na camara. E, quando el rey e a raynha esto vyrõ, se elles ouverom grande medo, esto non he de preguntar, ca sayrõ da camara tam espantados que de todo pensarõ seer mortos. E el rey começou de dar grandes vozes e dizer que lhe fossem por aquella frade. Mas a tempestade era tam grande que nõ avya hy homẽ que ousasse sayr da casa. E hũa das guardas del rey cavalgou em hũu cavallo e foilhe por elle. E o frade nõ queria viir. E o guardyam lhe mandou que veesse. Mas en todo esto nõ quedava a tempestade. E depois que o frade chegou a el rey, apartousse com elle a fallar de confisson. E, assi como se el rey hya arrependendo e tomando peendencia, assi se hya o ceo çarrando e quedando a tempestade. En outro dya, cõfessou el rey pubricamente aquele pecado de brasfemya que dissera contra Deus. E tal medo ouve el rey daquella tempestade que, por fazer emenda de seus pecados, envyoy aal mar seus messegeiros cõ grande aver por lhe tragerem o corpo de Sancta Barbora; pero nõ o pôde aver.

E en este anno que esto aconteceu, se começou a el rey dom Afonso todo seu mal ataa que morreo, segundo ouvredes en sua estorya» (1344b: iv, 382-84).

22. Sobre os diversos aproveitamentos e manipulações sofridos por esta lenda, ver Funes 1994, onde são referidos múltiplos usos da(s) tradição(ões) lendárias contrárias a Afonso X e à sua dinastia, nomeadamente no contexto das questões que opuseram a instituição régia à nobreza, a fim de valorizar a posição de D. Juan Manuel como representante de uma linhagem bendita (por oposição à linha real, amaldiçoada a partir de Fernando III) ou de justificar o fim da linhagem de Sancho IV e a legitimidade da dinastia Tastâmara, entre outros usos. Ver ainda Ramos 1995 ou Jardin 1995.

23. A ligação entre esta tradição e o espírito racionalista de Afonso X é apontada por Márquez Villanueva 1995: 206. Este autor associa ainda esta característica do rei Sábio ao seu primo, o imperador Frederico II: «Federico II solía decir, bajo declarada influencia averroista, que él podría legislar un sistema de fe y moral superior a los dados por los tres impostores, Jesús, Moisés y Mahoma (Giovanni di Napoli, «Il Rinascimento e la morte di Dio», *Divinitas* 13 [1969], 119-162 [p.123])» (pp. 206-207). Ver ainda Catalán 1992: 11-44 que refere não só a tradição da blasfêmia de Afonso X como também a noção que o homem se pode aproximar de Deus pelo saber e pelo estudo (p. 18).



peessoa e como soberano, segundo as quais teria sido não só um sábio e uma autoridade mas, simultaneamente, soberbo e blasfemo. Esta ordem de ideias estará, com certeza, também subjacente a uma outra alusão, presente na continuação da segunda redacção da *Crónica de 1344*, no ms. P, mesmo se sob a forma ambígua da denegação:

E algũus querẽ dizer que este rey fez criar hũu bicho per tal arte e costolaçõ que, cõ sua grandeza e peçonha avya de destruyr a Espanha e que este bicho foy morto, tirandolhe da vyanda pouco e pouco ataa que desfaleçeo de todo. Mas isto se cree fabulosamente seer contado.  
(1344b: iv, 513 cont. do ms. P)

Estamos, pois, perante um evidente desvio do que teria, inicialmente, sido pensado para a *Estoria de Espanna* pelo seu primeiro ideólogo. A pujança da sua afirmação enquanto autor e soberano dificilmente poderia esperar as manipulações anónimas posteriormente efectuadas, tanto como a sujeição e modéstia do Prólogo do Toledano dificilmente imaginariam a possibilidade da subversão total dessa «defesa».

A recorrência e facilidade com que estes textos são manipulados, a par do carácter extremo com que as suas autorias ou Autoridades se manifestam, seja na humildade, seja na pujança, seja na suspeição e na distância, põem de manifesto o que nos parece serem evidentes construções retóricas. Apesar de remeterem para figuras históricas e concretas, as imagens de «autores/personagens» também decorrem, em grande parte, de intenções pragmáticas e de intervenção uma vez que transmitem as ficções consideradas como pertinentes ou como possíveis, ou como mais favoráveis, em cada momento, por cada autor, mediante as circunstâncias e o mundo em que se moviam e que, graças a um movimento bi-direccional, marcaram a apresentação dos textos que, por seu turno, procuravam influenciar, a múltiplos níveis, a sociedade em que surgiam.

ISABEL DE BARROS DIAS  
*Universidade Aberta*

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFONSO EL SABIO (1984), *Setenario*, Vanderford, ed. e intr. de H. Kenneth e est. preliminar de Rafael Lapesa, Barcelona, Crítica. [= *Set*]
- ALFONSO X (1930), *General Estoria, Primera Parte*, ed. de António G. Solalinde, Madrid, Centro de Estudios Históricos. [= *GE*: i]
- ALFONSO X (s/d), «General Estoria, iv», *Admyte II, Archivo Digital de Manuscritos y Textos Españoles*, Micronet S.A. [= *GE*: iv]
- ALONSO, Martín (1986), *Diccionario Medieval Español*, Salamanca, Universidad Pontificia de Salamanca, 2 vols.

- ALVAR, Manuel (1996), «Alfonso X contemplado por Don Juan Manuel», Carlos Alvar e José Manuel Lucía Megías, eds., *La Literatura en la época de Sancho IV*, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, pp. 91-106.
- BABBITT, Theodore (1936), *La Crónica de Veinte Reyes. A comparison with the text of the Primera Crónica General and a study of the principal latin sources*, New Haven / London, Yale University Press / Humphrey Milford / Oxford University Press.
- CANO AGUILAR, Rafael (1989-1990), «Los prólogos alfonsíes», *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 14-15, pp. 79-90.
- CATALÁN, Diego (1962), *De Alfonso X al conde de Barcelos*, Madrid, Gredos.
- (1992), *La Estoria de España de Alfonso X: creación y evolución*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid
- (1997), *De la silva textual al taller historiográfico alfonsí. Códices, crónicas, versiones y cuadernos de trabajo*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid.
- CHALON, Louis (1976), «Comment travaillaient les compilateurs de la *Primera Crónica General de España*», *Le Moyen Âge*, 82/2, pp. 289-300.
- Crónica de 1344* (1ª red.), ms. 2656, Biblioteca Universitária de Salamanca. [Microfilme.]
- Crónica de Veinte Reyes* (1991), José Manuel Ruiz Asencio e Mauricio Herrero Jiménez, transcr., Burgos, Ayuntamiento de Burgos. [= *Cr20R*.]
- Crónica Geral de Espanha de 1344* (1951-1990) CINTRA, Luís Filipe Lindley, ed., Lisboa, I. N.-C. M. (= 1344b)
- DRAGONETTI, Roger (1987), *Le mirage des sources. L'art du faux dans le roman médiéval*, Paris, Seuil.
- FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (1993), *Versión Crítica de la Estoria de España. Estudio y Edición desde Pelayo hasta Ordoño*, II, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid.
- (1999), «El taller historiográfico alfonsí. La *Estoria de España* y la *General estoria* en el marco de las obras promovidas por Alfonso el Sabio», Jesús Montoya Martínez e Ana Domínguez Rodríguez, coords., *El Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las 'Cantigas de Santa María'*, Madrid, Editorial Complutense, pp. 105-126.
- (2000), «La transmisión textual de la “Estoria de España” y de las principales “Crónicas” de ellas derivadas», Inés Fernández-Ordóñez, ed., *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*, Valladolid, Fundación Santander Central Hispano / Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, pp. 219-260.
- FUNES, Leonardo (1994), «La blasfemia del rey sabio: itinerario narrativo de una leyenda (segunda parte)», *Incipit*, XIV, pp. 69-101.
- ISIDORO DE SEVILLA (1982), *Etimologías*, José Oroz Reta e Manuel-A. Marcos Casquero, ed. biling., Manuel C. Diaz y Diaz, introd., Madrid, B. A. C. [= *Etim*.]
- JARDIN, J.-P. (1995), «La figure du roi Alphonse X chez quelques chroniqueurs du XVe siècle», *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 20, pp. 75-96.
- JUAN MANUEL (1983), «Crónica Abreviada», José Manuel Cacho Blecua, ed., *Obras Completas*, II, Madrid, Gredos, pp. 507-815. [= *Cr.Abr.*]

- KELLY, Douglas (1991), *The Arts of Poetry and Prose*, Turnhout, Brepols.
- KENNEDY, Kirstin (2000), «The Sabio-Topos: Prologues of Alfonso X in the Context of his Thirteenth-Century Royal Contemporaries», Andrew M. Beresford e Alan Deyermond, eds., *Proceedings of the Ninth Colloquium*, London, Department of Hispanic Studies / Queen Mary and Westfield College, pp. 175-190.
- LINEHAN, Peter (2000), «Lucas de Tuy, Rodrigo Jiménez de Rada y las Historias Alfonsíes», Inés Fernández-Ordóñez, ed., *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*, Valladolid, Fundación Santander Central Hispano / Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, pp. 19-36.
- MÁRQUEZ VILLANUEVA, Francisco (1995), *El Concepto Cultural Alfonsí*, Madrid, Mapfre.
- MARTIN, Georges (1989-1990), «Luc de Tuy, Rodrigue de Toléde, leurs traducteurs, et leurs compilateurs alphonsins. Comparaison segmentaire d'une lexicalization», *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 14-15, pp. 173-206.
- (1993-1994), «Alphonse X ou la science politique (Septénaire, 1-11)», *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 18-19, pp. 79-100.
- (1995), «Alphonse X ou la science politique. (Septénaire, 1-11)» (suite), *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 20, pp. 7-33.
- (1997), «Alphonse X et le pouvoir historiographique», Jean-Philippe Genet, ed., *L'histoire et les nouveaux publics dans l'Europe médiévale (xiii-xve siècles)*, Paris, Publications de la Sorbonne, pp. 229-240.
- MENÉNDEZ PIDAL, Gonzalo (1951), «Cómo trabajaron las escuelas alfonsíes», *Nueva Revista de Filología Hispánica*, v (4), pp. 363-380.
- MINNIS, A. J., SCOTT, A. B. & WALLACE, David (1988), *Medieval Literary Theory and Criticism c. 1100 - c. 1375. The Commentary Tradition*, Oxford, Clarendon Press.
- MONTOYA MARTÍNEZ, Jesús (1979), «El concepto de "autor" en Alfonso X», Andrés Soria, ed., *Estudios sobre Literatura y Arte dedicados al Profesor Emilio Orozco Díaz*, Granada, Universidad, vol. II, pp. 455-462.
- (1999), «El discurso retórico de Alfonso X», Jesús Montoya Martínez e Ana Domínguez Rodríguez, coords., *El Scriptorium alfonsí: de los Libros de Astrología a las «Cantigas de Santa María»*, Madrid, Editorial Complutense, pp. 271-290.
- (1999), «El Scriptorium alfonsí», Jesús Montoya Martínez e Ana Domínguez Rodríguez, coords., *El Scriptorium alfonsí: de los Libros de Astrología a las «Cantigas de Santa María»*, Madrid, Editorial Complutense, pp. IX-XII.
- & Ana DOMÍNGUEZ RODRÍGUEZ, coords. (1999), *El Scriptorium alfonsí de los libros de Astrología a las 'Cantigas de Santa María'*, Madrid, Editorial Complutense.
- Primera Crónica General de España* (1977), ed. Ramón Menéndez Pidal e Diego Catalán, Madrid, Gredos. [= PCG]
- RAMOS, Rafael (1995), «Don Juan Manuel y las leyendas sobre la muerte de Fernando III el Santo», Juan Paredes, ed., *Medioevo y Literatura. Actas del v Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Granada, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, vol. IV, pp. 105-111.
- RICO, Francisco (1972), *Alfonso el Sabio y la General Estoria*, Barcelona, Ariel.



- RODRIGO JIMÉNEZ DE RADA (1987), *Historia de Rebus Hispanie sive Historia Gothica Roderici Ximenii de Rada*, ed. Juan Fernández Valverde, Turnhout, Brepols. [= *DeRH*]
- (1989), *Historia de los Hechos de España*, Juan Fernández Valverde, trad., Madrid, Alianza. [= *DeRH-trad.*]
- SCARBOROUGH, Connie L. (1999), «Autoría o autorías», Jesús Montoya Martínez e Ana Domínguez Rodríguez, coords., *El Scriptorium alfonsí: de los Libros de Astrología a las «Cantigas de Santa María»*, Madrid, Editorial Complutense, pp. 331-337.
- SOLALINDE, Antonio G. (1915), «Intervención de Alfonso X en la redacción de sus obras», *Revista de Filología Española*, 2, pp. 283-88.
- STIENNON, Jacques (1995), *L'Écriture*, Turnhout, Brepols.
- ZIMMERMANN, Michel, dir. (2001), *Auctor & Auctoritas. Invention et conformisme dans l'écriture médiévale*, Paris, École des Chartes.